

Matheus Carvalho

Manual de
Direito
Administrativo

6^a
edição
revista, atualizada
e ampliada

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	31
1. Conceito de Estado	31
1.1. Poderes do Estado	32
2. Governo X Estado	33
3. Administração Pública	33
4. Direito Administrativo	35
4.1. Conceito	35
4.1.1. Critérios de definição do Direito Administrativo	37
4.1.2. Direito Administrativo e a Ciência da Administração	39
5. Codificação e fontes do Direito Administrativo	39
5.1. Competência para legislar	43
6. Interpretação do Direito Administrativo	43
7. Evolução histórica do Direito Administrativo	44
8. Sistemas de controle da atuação administrativa	45
8.1. Sistema administrativo brasileiro	46
9. Relação com outros ramos do Direito	47
10. Regime Jurídico Administrativo	48
11. Constitucionalização do Direito Administrativo	49
12. Quadro Sinóptico	50
13. Súmulas	55
13.1. Súmulas do STF	55
14. Jurisprudências 2017/2018	55
15. Questões de concursos	56

Capítulo 2

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	59
1. Definição	59
1.1. Princípios e regras	60
1.1.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o privado	62
1.1.2. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público	65
2. Princípios de Direito Administrativo	66
2.1. Princípio da Legalidade	66
2.2. Princípio da Impessoalidade	70
2.2.1. Princípio da intranscendência	73
2.3. Princípio da Moralidade	73
2.4. Princípio da Publicidade	74
2.5. Princípio da Eficiência	78
2.6. Princípios do Contraditório e da Ampla defesa	79

2.7. Princípio da Continuidade.....	83
2.8. Princípio da Autotutela.....	89
2.9. Princípio da Razoabilidade.....	90
2.10. Princípio da Proporcionalidade.....	92
2.11. Princípio da Motivação.....	93
2.12. Isonomia.....	94
2.13. Finalidade.....	96
2.14. Especialidade.....	97
2.15. Segurança jurídica.....	98
2.16. Presunção de legitimidade e de veracidade das condutas estatais.....	99
3. Dever de observância dos princípios.....	101
4. Quadro Sinóptico.....	102
5. Súmulas.....	109
5.1. Súmulas do STF.....	109
5.2. Súmulas do STJ.....	109
6. Jurisprudências 2017/2018.....	109
6.1. Informativos do STJ.....	110
7. Questões de concursos.....	111

Capítulo 3

PODERES ADMINISTRATIVOS.....	119
1. Introdução.....	119
1.1. Uso e abuso de poder.....	120
2. Discricionariedade e vinculação.....	121
2.1. Poder Vinculado.....	122
2.2. Poder Discricionário.....	122
3. Controle judicial da atividade administrativa discricionária.....	124
4. Poderes Administrativos.....	124
4.1. Poder Normativo ou Poder Regulamentar.....	125
4.1.1. Regulamentos.....	125
4.1.2. Espécies de Regulamentos.....	126
4.2. Poder Hierárquico.....	128
4.3. Poder Disciplinar.....	130
4.4. Poder de Polícia.....	133
4.4.1. Polícia administrativa X Polícia judiciária.....	134
4.4.2. Discricionariedade e vinculação dos atos de polícia.....	134
4.4.3. Natureza dos atos de polícia.....	135
4.4.4. Delegação dos atos de Polícia.....	136
4.4.4.1. Ciclos de Polícia e delegação.....	137
4.4.5. Atributos do Poder de Polícia.....	138
4.4.6. Prescrição das sanções de polícia.....	139
4.5. Aprofundamento para provas subjetivas.....	141
5. Quadro Sinóptico.....	145
6. Súmulas.....	148

6.1. Súmulas do STF	148
6.2. Súmulas do STJ	149
7. Jurisprudências 2017/2018	149
7.1. Informativos do STJ	153
8. Questões de Concursos	155

Capítulo 4

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	161
1. Introdução	161
1.1. Princípios inerentes à organização administrativa	162
2. Prestação da atividade pública	163
2.1. Descentralização X Desconcentração.....	165
2.2. Espécies de descentralização	165
3. Administração direta	166
3.1. Órgãos públicos	167
3.1.1. Classificação de órgãos	170
3.1.2. Teorias da manifestação de vontade do órgão.....	172
4. Administração Indireta.....	173
4.1. Entes da Administração Indireta	174
4.1.1. Características gerais.....	175
5. Autarquias.....	178
5.1. Regime jurídico aplicável às autarquias.....	179
5.2. Autarquias profissionais.....	189
5.3. Autarquias territoriais.....	193
5.4. Autarquias em regime especial.....	193
5.4.1. Autarquias Culturais - Universidades públicas:	193
5.4.2. Agências reguladoras:.....	194
5.4.2.1. Regime especial	195
5.4.2.2. Espécies de Agências reguladoras	197
5.4.2.3. Regime de pessoal	197
5.4.2.4. Licitação.....	199
5.4.2.5. Teoria da captura.....	200
5.5. Agências Executivas.....	200
6. Fundações Públicas	202
6.1. Natureza jurídica.....	203
6.1.1. Fundação Pública de Direito Privado.....	204
6.1.2. Fundação Pública de Direito Público.....	206
7. Empresas estatais	208
7.1. Finalidades das empresas estatais	210
7.2. Regime Jurídico das empresas estatais.....	211
7.3. Empresas subsidiárias das empresas estatais e empresas controladas	223
7.4. Estrutura das Empresas Estatais.....	224
7.4.1. Requisitos de transparência.....	224
7.4.2. Conselho de Administração e Conselho Fiscal.....	225

7.5. Licitações e contratos firmados pelas empresas estatais	227
8. Aprofundamento para provas subjetivas	227
9. Quadro Sinóptico	229
10. Súmulas	242
10.1. Súmulas do STF	242
10.2. Súmulas do STJ	242
10.3. Súmulas do TST	242
11. Jurisprudências 2017/2018	242
11.1. Informativos dos STJ	245
11.2. Informativos do STF	245
12. Questões de Concursos	247

Capítulo 5

ATOS ADMINISTRATIVOS	255
1. Atos jurídicos	255
2. Atos administrativos X Atos da administração	256
3. Ato administrativo	258
3.1. Conceito	258
3.2. Atos vinculados e Atos discricionários	260
4. Elementos ou requisitos do ato administrativo	262
4.1. Competência	263
4.1.1. Características da competência administrativa	264
4.2. Finalidade	268
4.3. Forma	271
4.3.1. Silêncio Administrativo	272
4.3.2. Vício no elemento forma	274
4.4. Motivo	275
4.4.1. Motivo e motivação	277
4.5. Objeto	281
4.6. Elementos discricionários e vinculados	281
5. Elementos e pressupostos do ato administrativo no entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello	282
6. Atributos do ato administrativo	284
6.1. Presunção de veracidade	284
6.2. Presunção de legitimidade	285
6.3. Imperatividade	285
6.4. Exigibilidade	286
6.5. Executoriedade ou autoexecutoriedade	287
6.6. Tipicidade	287
7. Fases de constituição do ato administrativo	288
7.1. A perfeição	288
7.2. A validade	288
7.3. A eficácia	289
7.4. Atos após a formação	290
8. Classificação dos atos administrativos	291
8.1. Quanto ao grau de liberdade, os atos se dividem em vinculados e discricionários	291

8.2. Quanto à formação, os atos administrativos podem ser divididos em simples, complexos ou compostos.....	292
8.3. Quanto aos destinatários, os atos podem ser gerais ou individuais.....	293
8.4. Quanto ao objeto, os atos administrativos podem ser atos de império, de expediente ou atos de gestão.....	294
8.5. Quanto à estrutura, os atos podem ser concretos ou abstratos.....	294
8.6. Quanto aos efeitos, os atos se dividem em constitutivos e declaratórios.....	295
8.7. Quanto aos resultados na esfera jurídica os atos podem ser ampliativos ou restritivos.....	295
8.8. Quanto ao seu alcance, os atos administrativos podem ser internos ou externos.....	295
9. Espécies de atos administrativos.....	296
9.1. Atos normativos.....	296
9.2. Atos ordinatórios.....	298
9.3. Atos negociais.....	299
9.4. Atos enunciativos.....	303
9.5. Atos punitivos.....	305
10. Extinção dos atos administrativos.....	305
10.1. Extinção natural.....	306
10.2. Renúncia.....	306
10.3. Desaparecimento da pessoa ou coisa sobre a qual o ato recai.....	306
10.4. Retirada.....	306
10.4.1. Anulação.....	307
10.4.2. Revogação.....	311
10.4.3. Cassação.....	312
10.4.4. Caducidade.....	312
10.4.5. Contraposição (derrubada).....	312
11. Aprofundamento para provas subjetivas de concursos – Estabilização dos efeitos dos atos administrativos.....	313
12. Quadro Sinóptico.....	317
13. Súmulas.....	333
13.1. Súmulas do STF.....	333
13.2. Súmulas do STJ.....	334
14. Jurisprudências 2017/2018.....	334
14.1. Informativos do STF.....	334
15. Questões de concursos.....	335

Capítulo 6

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	343
1. Fundamento da responsabilidade.....	343
2. Histórico: evolução da responsabilidade civil do Estado.....	344
3. Responsabilidade Civil do Estado na CFRB/88.....	346
3.1. Agentes da responsabilidade civil:.....	347
3.2. Responsabilidade Objetiva.....	349
3.2.1. Teorias da responsabilidade civil do Estado.....	351
3.3. Responsabilidade por omissão do Estado.....	353
3.3.1. A Responsabilidade por Omissão e Teoria do Risco Criado (Risco Suscitado).....	354
3.4. Indenização.....	356

3.5. Excludentes de responsabilidade do Estado	357
3.6. Responsabilidade do Agente Público	358
3.6.1. Denúnciação à lide do Agente Público.....	361
3.7. Prazo prescricional	363
3.8. Responsabilidade por obra pública.....	364
4. Responsabilidade por atos legislativos.....	366
4.1. Leis de efeitos concretos	366
4.2. Leis em sentido formal e material.....	366
5. Responsabilidade por atos jurisdicionais.....	367
6. Responsabilidade das pessoas jurídicas por atos praticados contra o Poder Público (LEI ANTICORRUPÇÃO)	368
6.1. Responsabilidade administrativa	370
6.2. Processo administrativo.....	370
6.3. Responsabilidade judicial	372
7. Aprofundamento para provas discursivas	373
8. Quadro Sinóptico	375
9. Súmulas	380
9.1. Súmulas do STF	380
9.2. Súmulas do STJ	380
10. Jurisprudências 2017/2018	381
10.1. Informativos do STJ	382
11. Questões de Concursos	382

Capítulo 7

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	389
1. Introdução	389
2. Conceito	390
3. Classificação.....	391
4. Controle Administrativo	395
4.1. Provocação da Administração Pública	398
4.2. Recursos administrativos.....	399
4.3. Órgãos internos de controle	400
5. Controle Legislativo	403
5.1. Controle Parlamentar Direto.....	403
5.2. Controle exercido pelos Tribunais de Contas.....	404
5.2.1. Atribuições do Tribunal de Contas da União	405
6. Controle judicial	407
6.1. Ações judiciais.....	408
6.1.1. Mandado de Segurança	409
6.1.2. Ação Popular.....	412
6.1.3. Habeas Data.....	413
6.1.4. Ação civil pública	414
6.1.5. Mandado de Injunção	415
6.1.6. Demais ações.....	417
6.2. Atos <i>interna corporis</i>	417
7. Aprofundamento para provas discursivas – anulação de atos administrativo e segurança jurídica	418

8. Quadro Sinóptico	419
9. Súmulas	433
9.1. Súmulas do STF	433
9.2. Súmulas do STJ	434
10. Jurisprudências 2017/2018	434
10.1. Informativo dos STJ	435
10.2. Informativos do STF.....	436
11. Questões de Concursos	439

Capítulo 8

LICITAÇÃO	445
1. Conceito	445
2. Competência para legislar	446
3. Finalidades do procedimento licitatório	447
4. Princípios norteadores da licitação.....	448
4.1. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório	448
4.2. Princípio do Julgamento Objetivo.....	449
4.3. Princípio do Sigilo das Propostas.....	449
4.4. Princípio do Procedimento Formal	450
4.5. Princípio da Eficácia Administrativa.....	450
4.6. Princípio da isonomia	450
5. Tipos de Licitação	451
6. Desempate na licitação.....	452
7. Quem deve licitar.....	454
8. Intervalo mínimo	455
9. Comissão	456
10. Modalidades Licitatórias	458
10.1. Concorrência	460
10.2. Tomada de preços	462
10.2.1. Cadastro de interessados.....	463
10.3. Convite.....	464
10.4. Concurso	465
10.5. Leilão.....	466
10.6. Pregão.....	468
10.6.1. Pregão eletrônico	469
11. Licitação para registro de preços	470
12. Procedimentos licitatórios	471
12.1. Concorrência	471
12.2. Procedimento da tomada de preços	488
12.3. Procedimento do Convite	488
12.4. Procedimento do concurso e do leilão	488
12.5. Procedimento do pregão	489
12.5.1. Procedimento do pregão eletrônico	491
13. Licitação internacional	497
14. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica	498

15. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	499
16. Dispensa e Inexigibilidade da licitação	501
16.1. Inexigibilidade de licitação	502
16.2. Dispensa de licitação	503
16.3. Procedimento para contratação direta	512
16.4. Resumo de dispensa de inexigibilidade	513
17. Aprofundamento para provas subjetivas.	
Licitação “carona”	514
18. Quadro Sinóptico	516
19. Súmulas	532
19.1. Súmulas do STF	532
19.2. Súmulas do STJ	532
20. Jurisprudências 2017/2018	533
20.1. Informativos do STJ	533
21. Questões de Concursos	534

Capítulo 9

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	543
1. Introdução	543
2. Conceito	545
3. Competência legislativa	545
4. Características dos contratos administrativos	546
4.1. Formalismo	548
5. Garantia	551
6. Cláusulas exorbitantes	552
6.1. Alteração unilateral do contrato	553
6.2. Rescisão unilateral do contrato	555
6.3. Fiscalização da execução do contrato	558
6.4. Ocupação temporária de bens	559
6.5. Aplicação de penalidades	559
6.5.1. Impedimento Indireto	561
7. Alteração contratual por vontade das partes	563
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato	564
8.1. Pagamentos feitos ao particular	565
9. Teoria da imprevisão	566
10. Subcontratação nos contratos da administração	568
11. Duração	569
11.1. Exceções à vigência máxima de um ano	570
12. Responsabilidades decorrentes do contrato	573
13. Recebimento do objeto contratual	576
14. Formas de extinção do contrato administrativo	577
15. Disposição penais da lei 8.666/93	580
16. Dos contratos administrativos em espécie	580
17. Convênios	587
18. Consórcios Públicos	588

19. Regime Diferenciado de Contratações.....	589
19.1. Objetivos	590
19.2. Peculiaridades da lei 12.462/11	590
20. Licitações e contratos das empresas estatais.....	596
20.1. Dispensa e inexigibilidade	596
20.2. Modalidade e regras aplicáveis.....	598
20.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo.....	599
20.4. Procedimento da licitação	600
20.5. Pré-qualificação permanente	602
20.6. Cadastramento.....	602
20.7. Registro de preços	603
20.8. Prazos de implementação	603
20.9. Contratos firmados com as empresas estatais.....	604
20.9.1. Garantia	604
20.9.2. Duração	604
20.9.3. Alteração bilateral.....	604
20.10. Sanções	606
20.11. Subcontratação.....	607
20.12. Contratação integrada e contratação semi-integrada	607
20.13. Controle do Tribunal de Contas X autonomia gerencial da empresa.....	609
21. Convênios e contratos de repasse com o poder público	610
21.1. Vedações para celebração de convênios.....	611
21.2. Chamamento público ou concurso de projetos	611
21.3. Cláusulas necessárias do convênio	612
21.4. Prestação de contas.....	612
21.5. Processo seletivo simplificado para contratação de pessoal	613
21.6. Denúncia e rescisão	613
22. Programas de parcerias de investimentos - PPI	614
22.1. Relicitação	615
23. Aprofundamento para prova subjetiva.....	617
24. Quadro Sinóptico	620
25. Súmulas	637
25.1. Súmulas do STF	637
25.2. Súmulas do TST	637
26. Questões de concursos	638

Capítulo 10

SERVIÇOS PÚBLICOS	645
1. Conceito	645
2. Princípios.....	647
2.1. Dever de prestação pelo Estado	648
2.2. Modicidade	648
2.3. Atualidade.....	649
2.4. Cortesia	649

2.5. Economicidade	649
2.6. Generalidade.....	649
2.7. Submissão a controle.....	649
2.8. Continuidade.....	650
2.8.1. Greve de agentes públicos.....	650
2.8.2. Inadimplemento do usuário do serviço.....	654
2.8.3. <i>Exceptio non adimpleti contractus</i>	656
2.8.4. Ocupação temporária de bens e substituição.....	656
2.9. Isonomia.....	657
3. Formas de prestação do serviço público	657
4. Classificação.....	660
5. Delegação Contratual de Serviços	662
6. Concessão de Serviços Públicos.....	663
6.1. Poder concedente.....	664
6.1.1. Direitos e obrigações do concedente	665
6.2. Concessionária.....	667
6.3. Usuários do serviço	669
6.4. Procedimento licitatório.....	669
6.4.1. Modalidades licitatórias diferenciadas	671
6.5. Formalização dos contratos de concessão de serviço público	672
6.6. Intervenção	673
6.7. Duração do contrato de concessão	674
6.8. Arbitragem.....	674
6.9. Subconcessão	675
6.10. Remuneração da concessionária	676
6.10.1. Assunção do controle da empresa pelos financiadores	677
6.11. Extinção do contrato de concessão	678
7. Parceria Público-Privada – PPP	680
7.1. Espécies de Parcerias	681
7.2. Cláusulas dos contratos de Parceria Público-Privada.....	682
7.3. Características específicas das parcerias.....	684
7.3.1. Compartilhamento de riscos e de ganhos decorrentes da redução do risco	684
7.3.2. Financiamento do setor privado	685
7.3.3. Pluralidade compensatória.....	685
7.3.4. Garantias do parceiro público.....	686
7.3.5. Diretrizes da lei de PPP	687
7.3.6. Procedimento licitatório	688
7.3.7. Sociedade de Propósito Específico	691
7.3.8. Normas aplicadas no âmbito federal para os contratos de Parcerias Público-Privadas ...	692
8. Permissão de Serviço Público.....	694
9. Autorização de serviço público	695
10. Consórcios Públicos	696
11. Aprofundamento para provas subjetivas – Administração Dialógica	702
12. Aprofundamento para provas subjetivas – Consórcios Públicos entre União e Municípios.....	703
13. Quadro Sinóptico	704
14. Súmulas	727

14.1. Súmulas do STF	727
14.2. Súmulas do STJ	728
15. Jurisprudências 2017/2018	728
15.1. Informativos do STJ	730
15.2. Informativo STF	730
16. Questões de Concursos	730

Capítulo 11

ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR	737
1. Setores da Economia	737
1.1. Entidades do terceiro setor	738
2. Serviço Social Autônomo	739
3. Entidades de Apoio	741
4. Organizações Sociais (OS).....	744
4.1. Programa nacional de publicização (PNP).....	749
5. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	750
6. Organizações da Sociedade Civil (osc).....	753
6.1. Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação	754
6.2. Procedimento de manifestação de interesse social	755
6.3. Chamamento público	755
6.4. Dispensa e inexigibilidade do certame	757
6.5. Organizações da sociedade civil - requisitos	758
6.6. Formalização das parcerias	761
6.7. Contratos firmados entre as organizações da sociedade civil e terceiros.....	764
6.8. Liberação de recursos pelo ente estatal e aplicação dos mesmos	764
6.9. Prestação de contas.....	765
6.10. Responsabilização da organização da sociedade civil e aplicação de penalidades.....	766
7. Quadro Sinóptico	767
8. Súmulas	776
8.1. Súmulas do STF	776
9. Questões de concursos	777

Capítulo 12

AGENTES PÚBLICOS	783
1. Conceito	783
2. Classificação de agentes.....	785
2.1. Agentes Políticos	785
2.2. Particulares em colaboração com o poder público	787
2.3. Servidores estatais	788
2.3.1. Servidores temporários	789
2.3.2. Regime jurídico dos servidores efetivos.....	790
2.3.3. Servidores celetistas	798
2.3.4. Servidores estatutários	800
3. Cargo público, emprego público e função pública.....	801
3.1. Emprego público	802

3.2. Cargo Público	803
3.2.1. Classificação de cargos	804
3.3. Função Pública	806
4. Requisitos de ingresso no serviço público	808
4.1. Ampla acessibilidade	808
4.2. Concurso público	809
4.2.1. Exceções ao concurso público	811
4.2.2. Regras definidas pelo edital	815
4.2.3. Realização de novo concurso na vigência do certame anterior	820
4.2.4. Direito subjetivo à nomeação	821
4.2.5. Cláusula de barreira	824
4.3. Nacionalidade brasileira	825
4.4. O gozo dos direitos políticos	825
4.5. A quitação com as obrigações militares e eleitorais	826
4.6. O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo	826
4.7. Aptidão física e mental para o exercício das funções do cargo	826
4.7.1. Portadores de necessidades especiais	826
4.7.2. Limite de idade	828
4.7.3. Exame psicotécnico	830
4.8. Atividade jurídica	831
4.9. Vedação ao nepotismo	833
4.10. Vagas reservadas para negros e pardos	836
4.11. Terceirização de atividade pública	837
5. Estabilidade	838
5.1. Conceito e evolução constitucional	839
5.2. Empregos públicos	842
5.3. Dispensa do servidor estável	843
5.4. Estabilidade x Estágio probatório	846
5.5. Vitaliciedade	848
6. Direito de greve do servidor público	849
7. Provimento	852
7.1. Provimento Originário	852
7.2. Provimento Derivado	853
7.2.1. Provimento derivado vertical	854
7.2.2. Provimento derivado horizontal	854
7.2.3. Provimento derivado por reingresso	855
8. Vacância	857
9. Acumulação de Cargos	859
9.1. Acumulação de cargos de profissionais de saúde na carreira militar	862
10. Deslocamento	863
10.1. Remoção	863
10.2. Redistribuição	864
11. Remuneração do Servidor Público	865
11.1. Irredutibilidade de Remuneração	866

11.2. Salário Mínimo.....	868
11.3. Pagamento em atraso	868
11.4. Vinculação e equiparação de remunerações	869
11.5. Subsídios.....	870
11.6. Teto remuneratório	871
11.7. Desconto na remuneração do servidor público.....	873
11.8. Honorários Advocatícios dos Advogados Públicos.....	874
12. Vantagens.....	875
12.1. Indenização.....	875
12.2. Gratificações	878
12.3. Adicionais.....	881
13. Férias	882
14. Licenças	884
15. Afastamentos.....	886
15.1. Afastamento para o exercício de mandato eletivo.....	886
15.2. Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade	887
15.3. Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior	887
15.4. Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no Brasil.....	888
16. Concessões.....	889
17. Regime Disciplinar	890
17.1. Responsabilidade do servidor público.....	890
18. Infrações e Sanções administrativas	891
18.1. Demissão	892
18.2. Cassação de aposentadoria e cassação de disponibilidade.....	894
18.3. Suspensão	895
18.4. Destituição de cargo em comissão e destituição de função de confiança	896
18.5. Advertência.....	896
18.6. Registro da Penalidade	898
19. Processo Administrativo Disciplinar	899
19.1. Sindicância.....	900
19.2. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)	901
19.3. Fases do Processo Administrativo Disciplinar	901
19.4. Recurso e Pedido de reconsideração	906
19.5. Revisão	906
20. Processo sumário.....	907
21. Aposentadoria do Servidor Público	907
21.1. Regimes de Previdência.....	908
21.2. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).....	909
21.2.1. Breve histórico constitucional.....	909
21.2.2. Características do RPPS	910
21.2.3. Hipóteses de aposentadoria	911
21.2.4. Valor da contribuição	915
21.2.5. Teto do regime próprio.....	916
21.2.6. Paridade e Integralidade	917

21.3. Natureza jurídica do ato de aposentadoria.....	918
21.4. Regras de transição das reformas previdenciárias	918
22. Demais benefícios da seguridade social do servidor	920
22.1. Benefícios dos segurados	920
22.1.1. Salário família.....	920
22.1.2. Auxílio Natalidade.....	921
22.1.3. Licença para tratamento de saúde	921
22.1.4. Licença gestante, adotante e paternidade	921
22.1.5. Licença por acidente em serviço	922
22.1.6. Assistência à saúde.....	922
22.2. Benefícios dos dependentes.....	923
22.2.1. Pensão por morte	923
22.2.1.1. Exclusão da Pensão.....	924
22.2.1.2. Pensão provisória.....	925
22.2.2. Auxílio reclusão	926
22.2.3. Auxílio Funeral.....	926
22.2.4. Assistência à saúde.....	926
23. Quadro Sinóptico	926
24. Súmulas	963
24.1. Súmulas do STF	963
24.2. Súmulas do STJ	964
24.3. Súmulas do TST	965
25. Jurisprudências 2017/2018	965
25.1. Informativo dos STJ	974
25.2. Informativos do STF.....	975
26. Questões de Concursos	977

Capítulo 13

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	985
1. Considerações iniciais	985
2. Conceito	986
3. Natureza jurídica das sanções de improbidade.....	986
4. Dos agentes da improbidade administrativa	987
5. Espécies de ato de improbidade e sanções aplicáveis	991
5.1. Nova espécie de improbidade administrativa.....	995
6. Procedimento da Ação Civil Pública por ato de improbidade	996
7. Medidas cautelares	998
8. Pedidos na ação de improbidade	999
9. Da competência para julgamento da ação de improbidade	1000
10. Prescrição.....	1002
11. Aprofundamento para provas discursivas.....	1004
11.1. Inconstitucionalidade da Lei de Improbidade Administrativa.....	1004
11.2. Possibilidade de delação premiada nas ações de improbidade.....	1007
12. Quadro Sinóptico	1009

13. Súmulas	1013
13.1. Súmulas do STJ	1013
14. Jurisprudências 2017/2018	1013
15. Questões de Concursos	1014

Capítulo 14

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	1023
1. Direito de Propriedade.....	1023
2. Intervenção do Estado na propriedade: fundamentos constitucionais	1024
3. Modalidades de intervenção	1026
4. Desapropriação	1026
4.1. Objeto da desapropriação.....	1027
4.2. Pressupostos da desapropriação	1028
4.2.1. Desapropriação Comum	1030
4.2.2. Desapropriação especial urbana	1033
4.2.3. Desapropriação Especial Rural.....	1035
4.2.4. Desapropriação Confisco.....	1036
4.3. Procedimento da Desapropriação.....	1039
4.3.1. Competência para desapropriar	1039
4.3.2. Fases do Procedimento	1041
4.3.2.1. Fase Declaratória	1041
4.3.2.2. Fase executória	1044
4.4. Ação de desapropriação	1044
4.5. Correção monetária	1047
4.6. Juros compensatórios	1048
4.7. Juros moratórios	1049
4.8. Honorários advocatícios.....	1050
4.9. Ação de desapropriação rural.....	1051
4.10. Desapropriações diferenciadas.....	1053
4.10.1. Desapropriação privada	1053
4.10.2. Desapropriação indireta.....	1054
4.11. Situações específicas na desapropriação	1057
4.11.1. Direito de extensão.....	1057
4.11.2. Tredestinação e Retrocessão	1058
4.12. Desapropriação por zona.....	1061
4.13. Desapropriação de domínio útil.....	1063
5. Intervenções restritivas na propriedade privada.....	1063
5.1. Limitação administrativa.....	1063
5.2. Servidão Administrativa	1067
5.2.1. Constituição e extinção da servidão administrativa	1068
5.2.2. Diferenças entre servidão civil e servidão administrativa	1070
5.3. Tombamento	1071
5.3.1. Bens objetos de tombamento.....	1073
5.3.2. Obrigações decorrentes do tombamento.....	1074

5.3.3. Indenização	1076
5.3.4. Procedimento	1077
5.3.5. Extinção	1078
5.3.6. Tombamento X Servidão Administrativa	1079
5.4. Requisição administrativa.....	1080
5.4.1. Características e objeto da requisição	1080
5.5. Ocupação temporária.....	1081
6. Quadro Sinóptico	1082
7. Súmulas	1105
7.1. Súmulas do STF	1105
7.2. Súmulas do STJ	1105
8. Jurisprudências 2017/2018	1106
8.1. Informativos do STJ	1107
9. Questões de Concursos	1108

Capítulo 15

BENS PÚBLICOS	1115
1. Conceito	1115
2. Competência para legislar	1117
3. Classificação.....	1118
4. Afetação e desafetação de bens públicos.....	1119
5. Garantias	1120
5.1. Alienação de bens públicos.....	1122
6. Utilização de bens públicos por particulares	1124
6.1. Consentimento estatal para utilização especial de bens públicos.....	1126
7. Aquisição de bens – incorporação dos bens ao patrimônio público.....	1128
7.1. Aquisição contratual	1128
7.2. Aquisição legal ou por fenômenos da natureza	1129
8. Bens em espécie	1130
9. Aprofundamento para provas discursivas.....	1134
10. Quadro Sinóptico	1135
11. Súmulas	1140
11.1. Súmulas do STF	1140
11.2. Súmulas do STJ	1140
12. Jurisprudências 2017/2018	1140
12.1. Informativos do STJ	1140
12.2. Informativos do STF.....	1141
13. Questões de Concursos	1142

Capítulo 16

PROCESSO ADMINISTRATIVO	1149
1. Introdução e conceito.....	1149
2. Finalidade do processo administrativo	1150
2.1. Obrigatoriedade dos processos administrativos.....	1152
3. Princípios aplicáveis ao processo administrativo	1152

3.1. Princípio da Oficialidade (Impulso Oficial).....	1153
3.2. Devido Processo Legal.....	1153
3.3. Contraditório e Ampla Defesa	1154
3.4. Instrumentalidade das formas	1157
3.5. Informalismo ou Formalismo Necessário	1157
3.6. Verdade Real	1158
3.7. Gratuidade.....	1159
3.8. Princípio da Legalidade.....	1159
3.9. Princípio da motivação.....	1159
4. Processo Administrativo Federal	1160
4.1. Aplicação Subsidiária	1161
4.2. Princípios previstos na lei 9.784/99.....	1161
5. Direitos e deveres dos particulares	1162
5.1. Legitimidade processual	1163
6. Início do processo	1163
7. Competência administrativa.....	1164
7.1. Suspeição e impedimento.....	1165
8. Dos atos processuais.....	1166
8.1. Forma, tempo e lugar dos atos processuais	1166
8.2. Comunicação dos atos processuais	1167
9. Fases do processo administrativo	1168
9.1. Instauração	1168
9.2. Instrução processual, defesa e relatório	1168
9.3. Decisão	1171
10. Motivação dos atos processuais	1171
10.1. Da motivação <i>aliunde</i>	1171
11. Extinção do processo.....	1172
12. Anulação, revogação e convalidação de atos no processo.....	1172
13. Recursos administrativos	1173
13.1. Não recebimento do recurso e seus efeitos.....	1174
13.2. Da <i>reformatio in pejus</i>	1175
13.3. Da revisão.....	1175
14. Contagem de prazos.....	1175
15. Processo Administrativo Disciplinar	1176
15.1. Sindicância investigativa ou preparatória.....	1176
15.2. Sindicância contraditória ou acusatória	1177
15.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)	1178
15.3.1. Fases do Processo Administrativo Disciplinar.....	1179
16. Impugnações administrativas do julgamento	1185
16.1. Recurso e Pedido de Reconsideração	1185
16.2. Revisão	1186
17. Processo sumário.....	1186
18. Quadro sinóptico	1188
19. Súmulas	1200

19.1. Súmulas do STF	1200
19.2. Súmulas do STJ	1200
20. Jurisprudências 2017/2018	1201
20.1. Informativos do STF.....	1202
20.2. Informativos do STJ	1202
21. Questões de Concursos	1203

Capítulo 17

ATAUÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	1209
1. Introdução	1209
2. O Estado regulador e a Constitucionalização Normativa	1210
3. A Ordem Econômica e seus fundamentos	1211
3.1. Valorização do trabalho humano	1211
3.2. Liberdade de iniciativa	1211
4. Princípios da Ordem Econômica.....	1212
5. Formas de Atuação do Estado	1212
6. Estado Regulador.....	1213
6.1. Competências para intervenção.....	1214
6.2. Repressão ao abuso do poder econômico.....	1215
6.2.1. Hipóteses de abuso.....	1215
6.2.2. Espécies de abuso.	
Trustes, cartéis e <i>dumping</i>	1216
6.2.3. Práticas restritivas verticais.....	1217
6.3. Normas de repressão dos abusos.....	1217
6.3.1. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).....	1217
6.3.2. Responsabilização e sanções aplicáveis nos casos de infração à ordem econômica	1218
6.3.3. Acordo de leniência	1220
6.3.4. Controle de concentrações.....	1220
6.4. Controle do abastecimento	1221
6.5. Tabelaento de preços.....	1222
7. Estado Executor	1223
7.1. Exploração direta em regime de livre concorrência	1224
7.1.1. Regime das empresas estatais	1224
7.2. Monopólio estatal	1225
7.2.1. Atividades monopolizadas	1225
8. Quadro Sinóptico	1227
9. Jurisprudências 2017/2018	1229
9.1. Informativos do STF.....	1229
9.2. Informativos do STJ	1230
10. Questões de concursos	1231
BIBLIOGRAFIA.....	1235